

DÍVIDA. O QUE O BRASIL PODE GANHAR.

Por enquanto pouca coisa, admite o ministro Bresser Pereira, que espera soluções a longo prazo.

Antes de embarcar ontem para os Estados Unidos, o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, afirmou que considera desnecessária a garantia do Banco Mundial para o lançamento inicial dos títulos de refinanciamento da dívida brasileira. Segundo ele, a garantia só seria exigida se a proposta do Brasil fosse converter o total da dívida. "Para o lançamento dos títulos iniciais, a garantia do governo brasileiro é mais do que suficiente", disse Bresser.

Bresser concedeu audiência ao meio-dia, ao embaixador dos Estados Unidos, Harry Schlaudeman, que à saída do gabinete do ministro da Fazenda não quis comentar a proposta brasileira para a renegociação da dívida. O diplomata norte-americano esquivou-se às perguntas para evitar falar sobre os pontos mais controversos da proposta de Bresser.

Sobre o caráter "não-convencional" das propostas de Bresser, o embaixador disse que "o problema dessa expressão é deixar o tema um pouco impreciso". Sobre a posição dos Estados Unidos, Schlaudeman disse que "apoiamos o tema. Estamos dispostos a cooperar, e esperamos que negociações vayan a ocorrer esta semana".

Fundo de reserva

O ministro Bresser Pereira afirmou que "não está resolvida" a criação de um fundo, com parte das reservas brasileiras, para garantir os títulos que o governo pretende lançar. "Isso é apenas uma idéia e não vai ser discutida nesta viagem", disse Bresser, em rápida entrevista convocada por ele mesmo, às 13h30. "Nesta viagem eu espero meramente iniciar formalmente as negociações."

O fato de que o governo brasileiro vai apenas começar a negociar foi um dos dois pontos em que Bresser insistiu durante a entrevista. "Ninguém vai voltar de Washington e Nova York com as negociações prontas", afirmou o ministro. O outro ponto destacado por Bresser é o apoio político que a proposta brasileira recebeu esta semana "do Senado, do meu partido, e agora o apoio extraordinariamente importante da classe empresarial brasileira, através do Fórum de Empresários coordenado pelo Mário Amato".

Na opinião do ministro, "esse apoio é o sinal de que a sociedade brasileira está-se unindo em torno de seus interesses, representando neste momento pela necessidade de que o Brasil faça uma negociação firme, objetiva, e cordial também".

Sobre uma possível proposta trazida pelo vice-presidente do Citicorp, Edwin Hoffman, na sexta-feira passada, Bresser disse que "não havia proposta. Ele só queria que nós voltássemos a pagar por seis meses".

"Enquanto eles conversam com os banqueiros, eu vou discutir politicamente com os ministros da Fazenda as soluções de longo prazo", disse o ministro Bresser Pereira. Haverá dois momentos formais nesse processo: a reunião do comitê interino do FMI, no domingo, e a abertura da assembleia da instituição, na terça, na qual Bresser representará os países latino-americanos. O ministro da Fazenda disse que fará uma abordagem da questão da dívida, nesses dois momentos, a partir de sua posição já conhecida: as soluções convencionais, baseadas em refinanciamentos sucessivos e programas de ajuste interno dos países devedores, fracassaram.

Agora, é preciso discutir soluções de longo prazo, baseadas no que o mercado já aponta: a apropriação, por parte dos devedores, de parte do desconto que os bancos têm aceitado para negociar esses créditos, através de sua conversão em títulos com o mesmo valor de face, juros mais baixos e prazos mais longos. "É a forma normal como sempre se resolveu o problema de devedores que perderam sua capacidade de pagar", disse Bresser.



Milliet: em busca de um acordo aceitável.



Embaixador Azevedo: "É preciso vontade".

Comunidade Européia: mais intercâmbio com o Brasil.

Composta por 12 países, ela já é nosso maior parceiro comercial e quer aprofundar esses laços.

A Comissão Mista Brasil/Comunidade Econômica Européia reúne-se na primeira quinzena de novembro, segundo previsão revelada ontem, em São Paulo, pelo embaixador da CEE no Brasil, Amândio Anes de Azevedo. Na pauta, como assuntos principais, estará o desenvolvimento de correntes turísticas para o Brasil e o apoio financeiro e tecnológico recíproco na área de energia. Azevedo, contudo, crê num bom intercâmbio do Brasil com a CEE, envolvendo setores de ciência e tecnologia, telecomunicações, informática e biotecnologia, além da troca de know-how entre pequenos e médios empresários dos dois continentes.

Pequenos e médios empresários será o tema da conversa de Azevedo marcada para a manhã de hoje com o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato. Este seria o primeiro passo para a adequação de programas que levassem à formação de joint-

ventures entre pequenos e médios industriais. "É preciso que haja vontade em primeiro lugar", afirmou o embaixador.

A última reunião da Comissão Mista data do final de 1984. Desde então, a CEE passou a tratar o Brasil com mais interesse, elevando o status de sua representação aqui de um escritório encarregado de negócios para uma embaixada propriamente dita. Político ligado ao Partido Social Democrata de Portugal, Azevedo é o primeiro português embaixador da CEE depois que aquele país passou a integrar a Comunidade em janeiro de 1986. Ele assumiu o cargo no Brasil em abril último. Assim, ao mesmo tempo em que começa a aprofundar alguns temas para relações futuras, Azevedo desenvolve um programa de apresentações. Acompanhado do 1º secretário da Delegação da Comissão, Philippe Combescot, ele esteve ontem com Ruy Mesquita, diretor da S/A O Estado de S. Paulo que edita o Jornal

da Tarde, com o governador Orestes Quêrcia e hoje falará com Amato.

A CEE, hoje integrada por 12 países, é o maior parceiro comercial do Brasil. Em 1984 e 1985, as relações permitiram ao Brasil obter um superávit de US\$ 5 bilhões ao ano.

Em 1986, esse saldo, em função do crescimento do mercado nacional, caiu para US\$ 3,8 bilhões. Para este ano, em razão do mal desempenho das exportações no primeiro semestre, o superávit deverá repetir o de 1986. Segundo um assessor de Azevedo, alguns países europeus, especialmente a Espanha, vêm protestando contra a atitude brasileira de procurar sempre superávits maiores. Para o embaixador, a posição da CEE é bem clara. "O melhor sistema é aquele que liberaliza as relações comerciais e o melhor caminho para alcançar esse objetivo é o crescimento das transações nos dois sentidos".

Um aviso: pode faltar aço no mercado interno.

A defasagem nos preços internos, que desestimula investimentos e torna a exportação melhor negócio, poderá deixar o Brasil numa situação crítica a curto prazo, mesmo tendo obtido a auto-suficiência na produção de chapas de aço plano. Segundo previu ontem o autor da advertência, Carlos Jorge Loureiro, presidente do Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda), a situação é tão grave que o Brasil, por força da triplicação das exportações esperadas até o fim do ano, acabará obrigado a importar chapas.

Segundo Loureiro, é preciso corrigir em 37% os atuais preços internos do aço plano, pois com déficit ninguém investe. Ele admite que o atual governo encarou de frente o problema da siderurgia nacional, o que não elimina a diferença entre o discurso e a realidade dos preços.

O governo agiu certo ao elaborar um plano global de saneamento do déficit estatal acumulado, porém não pode incorrer no

erro de permitir que a defasagem de preços crie novo déficit, exigindo uma nova operação de saneamento.

De março de 85 — início da "Nova República" — até agora, o preço do aço plano foi corrigido em 810,36%, contra 1.106,73 do dólar oficial e 1.224% do OTN. Com um reajuste de 37% — calcula Loureiro — haveria uma equiparação à alta do dólar.

Os preços internos não estão incentivando a ampliação da produtividade, e só não houve falta de aço até agora devido ao desaquecimento que a economia vai atravessando — argumenta o presidente da Inda. — As usinas estão aumentando o volume de exportação em razão do preço FOB estar de 30 a 45% acima do praticado no mercado doméstico. A chapa fina é cotada internamente em US\$ 270,00, contra US\$ 400,00 no mercado internacional.

Na opinião de Jorge Loureiro, o mercado está perturbado por distorções que poderão inclusive afetar o consumo mensal,

atualmente de 760 mil toneladas. Até o final do primeiro semestre, exportavam-se umas cem mil toneladas/mês, mas os preços mais compensadores levam a estimativas de 300 toneladas/mês para o último trimestre deste ano. O total das exportações de 86 passaria então a 1,6 milhão de toneladas, colocando em risco o abastecimento interno.

É perigoso atuar num mercado altamente afetado pelos preços baixos — alerta Loureiro —, porque pode acabar faltando aço para o consumo interno, principalmente pela existência de pressões políticas. Não se pode inclusive descartar a possibilidade, a partir do momento de um reaquecimento, da volta da cobrança de ágio.

Um reajuste de 37%, segundo Loureiro, "é o mínimo para que a usina mais rentável, a Usiminas, possa ter um retorno de 10%". E esse aumento significaria um impacto de 2%, "no máximo", nos custos da indústria automobilística, principal consumidora do setor.

AMANHÃ A PROPOSTA

O Brasil apresentará amanhã oficialmente aos bancos credores, nos Estados Unidos, sua proposta de renegociação da dívida de US\$ 66 bilhões com as instituições privadas. Encaminharão a proposta o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, e o assessor especial, Fernão Bracher. A expectativa é de uma negociação demorada e difícil, porém terminando com um acordo aceitável para as duas partes.

Apesar das divergências dentro da equipe, prevaleceu o ponto de vista do ministro Bresser Pereira: a negociação tem de ser global, envolvendo todo o estoque da dívida junto aos bancos e negociada em bases multianuais, ainda que a discussão com os grandes bancos deva ser feita caso a caso. (Para o negociador Bracher, é mais factível um acordo envolvendo 1987 e 1988 e o conjunto de bancos representados pelo comitê).

As características

Definidos os dois itens fundamentais da natureza da renegociação, a proposta se define pelas suas especificações. Pretende o Brasil o refinanciamento de US\$ 7,2 bilhões de juros (que vencerão este ano, no montante de US\$ 4,3 bilhões, e em 1988, no valor de US\$ 2,9 bilhões), representando, neste caso, a metade dos vencimentos. A outra metade o Brasil promete pagar cash.

Esses juros podem ser refinanciados de três modalidades básicas: via capitalização, através de empréstimos e da conversão em capital de risco. A capitalização (agregação dos juros ao principal a ser rolado) é mais aceitável pelos bancos europeus, cuja legislação regulamentadora oficial permite esse tipo de operação.

O refinanciamento via empréstimos, que na verdade não ingressariam no País, promovendo-se apenas uma operação contábil, é mais palatável aos bancos americanos e japoneses. Todos, contudo, se dispõem a aceitar a alternativa da conversão em capital de risco de uma parcela desses juros.

Já em relação ao principal, o refinanciamento teria de ajustar-se às seguintes exigências formuladas pela proposta brasileira: prazo longo; taxa de risco (spread) reduzida; conversão e securitização. A proposta a ser "vendida" aos banqueiros inclui, quanto aos prazos, 30 anos de pagamento com nove de carência e quanto ao custo um spread zero.

Contudo, não são propostas para valer, mas apenas "posições de negociação". Tanto em relação aos prazos como ao spread o piso são as condições acordadas com a Argentina e o México. O que se conseguir de melhor será lucro.

A conversão de parcela do principal em investimento direto é a parte boa da proposta (do ponto de vista dos banqueiros) e por isso vai ser utilizada como cacife para a apresentação da alternativa polêmica da securitização, ou da troca da dívida por papéis emitidos pelo País a prazo longo e juros fixos, como forma de apropriar um pedaço do deságio de 55% com que seus títulos são negociados.

O ministro da Fazenda pretende se empenhar pessoalmente para levar adiante a proposta da securitização, em sua nova moldagem de adesão voluntária dos bancos, sem a exigência do limite mínimo anteriormente estipulado (50% da dívida junto aos bancos) e para isso poderá até propor, para fortalecer as garantias que os bancos exigirão, o bloqueio de uma parcela das reservas externas do País junto ao Banco Mundial.

jogo

MARCO ANTONIO ROCHA

ECONÔMICO

Não vamos "atravessar" de novo!

Mais uma rodada de grandes confabulações em Washington à respeito do estado das finanças mundiais. No Brasil geralmente se imagina que os cinco mil financistas de 154 países que se encontram nesse convés monegasco, que são as assembleias conjuntas do FMI e do Bird, ficam comentando e discutindo as coisas do Brasil ou, pelo menos, a questão da dívida externa. Na verdade o que eles comentam e discutem é como ganhar mais dinheiro — cada um deles — ou perder menos. A dívida externa do chamado Terceiro Mundo só se tornou assunto de alguma relevância nesses encontros porque o FMI foi solici-

citado a intervir e porque, em dado momento, parecia àqueles financistas que iriam perder muito dinheiro com ela.

Não parece mais. A dívida externa já teve seus grandes momentos. Hoje é assunto meio secundário, ou até terciário. Aliás, já foi um problema. Hoje está obviamente à caminho de solução. Os bancos credores e os governos dos países credores, ao contrário do que em geral se imagina aqui no Brasil, já criaram anticorpos contra os efeitos da dívida em sua economia. O maior devedor do Terceiro Mundo, o Brasil, deixou de pagar sua dívida há meses. A Argentina também. O México também. Os partidários do ex-ministro Dilsón Funaro gostam de proclamar que a moratória foi decretada e nada aconteceu, o Brasil permanece incólume. Não é bem verdade. Mas deixemos que a saudosa equipe se vanglorie de pelo menos esse trunfo, já que não lhe restou mais nenhum. Só que o trunfo tem duas faces. Do lado de lá também não aconteceu coisa nenhuma. O mundo financeiro in-

ternacional também ficou incólume diante da moratória brasileira. Digamos, pois, que estamos no momento empatados — nós com o capitalismo ocidental. E numa rota de rompimento com ele, por enquanto.

Isso já aconteceu antes, com outros países. A Rússia soviética, a China comunista e Cuba, para citar apenas três conhecidos exemplos, permaneceram rompidos com o capitalismo ocidental durante décadas. Sei que muita gente aprecia os resultados colhidos até agora. Eu não aprecio. E nem é preciso dizer que o marasmo econômico e o atraso tecnológico desses países em algo a ver com o rompimento. Reconheçamos, em todo caso, mesmo quem seja fanaticamente anticomunista e anticomunista que as principais fontes de conhecimento humano avançado, de pesquisa, de desenvolvimento tecnológico e de recursos financeiros ainda pertencem aos países capitalistas — embora não somente ao bloco ocidental, porque o Japão é hoje uma dessas fontes de progresso.

De modo que nós poderemos ficar indefini-

damente em estado de moratória — tudo bem. A curto e médio prazo isso não nos afetará muito do ponto de vista financeiro e estritamente comercial. Mas a distância em relação às fontes de progresso, evolução e renovação, bem como a dificuldade de acesso a elas irá aumentando. E aí a economia brasileira, como um todo, é que começará a marcar passo. A menos que nós consigamos nos tornar uma das matrizes do progresso no planeta — como o Japão conseguiu. Mas, por acaso, nós somos japoneses? Tenho sérias dúvidas de que a cultura brasileira tenha o grau de objetividade necessário, e de que a sociedade brasileira tenha o grau de disciplina equivalente, para o salto estilo nipônico.

Nesta assembleia do FMI o que provavelmente vai acontecer é uma clarificação e uma catalisação das soluções para o problema da dívida externa. O quadro internacional não é mais de pânico, de perplexidade ou sequer de incerteza. É um quadro pós-crise, no sentido de que existe uma vontade coletiva clara de resolver o problema, uma consciência também clara de que é possível resolvê-lo

e algumas idéias já mais ou menos claras sobre como resolvê-lo.

O problema do Brasil é que seu governo não parece inserido nesse contexto. Não parece em sintonia com as tendências, as possibilidades concretas e as oportunidades manifestas. Nós andamos perdendo o pé, ou melhor, o fio da meada. Com a mudança de governo e três diferentes equipes econômicas em dois anos, todas formadas de neófitos no assunto e cada uma tentando "inventar" mais do que a outra, acabamos meio desorientados. A proposta Bresser foi uma evidente manifestação de quem entrou no pagode entoando samba-canção, isto é, fora do ritmo, do tom e do ambiente.

Esperemos que essa reunião monstro de Washington sirva para que Bresser & Cia.: 1) entendam qual a sinfonia que está sendo executada; 2) aprendam a assobiar no tom e no compasso certo; 3) consigam realmente propor à orquestra, que está em cena desde muito antes deles, um novo movimento e um andamento criativo para o espetáculo.